

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2003
(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Solicita informações ao Ministro da
Defesa sobre a aplicação da Lei nº 3.953, de
1.961 aos taifeiros da Aeronáutica.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 226, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e na forma dos arts. 115 e 116 deste Estatuto, requiero a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Defesa sobre a aplicabilidade da Lei nº 3.953, de 1.961, que assegura aos Taifeiros da Marinha e da Aeronáutica acesso até a graduação de suboficial, no âmbito da Aeronáutica, informando todos os atos normativos editados bem como as medidas adotadas no âmbito daquele órgão, que ensejam a aplicação concreta da referida Lei.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 3.953/1.961 assegura aos Taifeiros da Marinha e da Aeronáutica acesso até a graduação de suboficial. Entretanto, existem cerca de 5.500 taifeiros inativos em todo o Brasil que não foram contemplados com o benefício previsto na referida Lei, segundo informações recebidas neste Gabinete por meio do programa “Fale com o seu Deputado”.

Somente 2.500 taifeiros da ativa foram contemplados, num flagrante desrespeito a isonomia vigente entre ativos e inativos, injustificando profissionais que serviram à corporação.

Neste sentido, visando a verificar o fiel cumprimento das Leis emanadas desta Casa, solicito as referidas informações ao Ministro de Estado da Defesa.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2.003.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
(PSDB-PR)